



Onde estão as mulheres? ocupação dos espaços de poder nas universidades federais do Brasil

Where are the women?

Occupation of spaces of power in Brazilian Federal Universities

Laiany Rose Souza Santos¹

Fernanda Amorim Accorsi²

Ana Cláudia Aragão Santos³

RESUMO

Esse estudo nasce da pesquisa **Universidade das Garotas: onde elas estão e quais caminhos podem seguir**, que nos proporcionou refletir coletivamente onde estão as mulheres nos espaços de poder das Universidades Federais do Brasil, para além da análise quantitativa, buscando entender a relação de poder como instrumento, inclusive de se apropriar de figuras de mulheres que garantem a manutenção do sistema capitalista-patriarcal-racista. Assim, buscamos refletir: ocupar esses espaços de poder seriam expressões de avanço feminista e uma frente contra onda conservadora ou mais uma apropriação capitalista do avanço da luta feminista que essas mulheres ocupem esses cargos de poder?

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Espaço de Poder. Universidade.

ABSTRACT

This study provided us with a collective reflection on where women are in the spaces of power at Brazilian Federal Universities, in addition to a quantitative analysis, seeking to understand the power relationship as an instrument, including the appropriation of women's figures that guarantee the maintenance of the capitalist-patriarchal-racist system. Thus, we seek to reflect on the following: Is the presence of women in these spaces of power a feminist advancement, and a challenge against the conservative wave, or is it yet another capitalist appropriation of the progress of the feminist struggle that these women occupy these positions of power?

KEYWORDS: Women. Space of Power. University.

* * *

¹ Professora Doutora Adjunta do Departamento de Geografia de Itabaiana – DGEI/UFS, Brasil. E-mail: laiany@academico.ufs.br

² Professora Doutora Adjunta do Departamento de Educação de Itabaiana – DEDI/UFS, Brasil. E-mail: accorsi@ufes.br

³ Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, Brasil. E-mail: anaclaudiaaragaosantos6@gmail.com

Historicizando a condição das mulheres

Historicamente, as mulheres foram colocadas em uma conjuntura de subjugação, através de apagamentos históricos, com relatos tendenciosos a uma conformidade de ser e estar com a ideia da existência permanente das colocações dos papéis sociais, onde o homem/macho é por sua “natureza” o provedor do mundo e, portanto, detentor do poder. Enquanto as mulheres foram colocadas como “sensíveis”, “frágeis”, “emotivas”, e, por isso, inconsequentes. Logo, neste entendimento, foram domadas para serem “cuidadas”, “protegidas”, como necessidade de sobrevivência (Fagundes, 2005).

Nessa direção Saffioti (1987, p.18) afirma que:

Geralmente, à mulher é associada a valores considerados negativos, tais como, emoção, fragilidade, resignação. Tais valores contêm ideias como: a mulher é incapaz de usar a razão; não é capaz de lutar contra ocorrências adversas, já que se conforma com tudo; é insegura. Estas características são apresentadas como inerentes a mulher, isto é, como algo que a mulher traz desde o nascimento. Na verdade, estes traços de personalidade são adquiridos ao longo do processo de socialização

Sendo entendidas socialmente como o ser inferior, e por isso compreendidas como ser de menor capacidade produtiva e reflexiva, principalmente no ambiente profissional. Esse discurso tem impulsionado a reprodução de diversos conceitos que discorrem sobre formas e padrões estabelecidos socialmente e culturalmente do ser mulher. Deste modo, as mulheres passaram a ser colocadas em papéis de servidão, sempre em função de subordinação a algo ou a alguém (Rosendo, 2015). Nesta perspectiva Santos (2022, p. 129) analisa que

[n]o capitalismo, a realidade material de realização do trabalho feminino é negada com a intenção de explorar a mulher como força de trabalho, colocando-a numa condição ainda mais marginal que a dos homens, nos diversos setores da economia e extratos sociais.

Historicamente, em função das construções sociais padronizadas, mulheres são silenciadas e sofrem apagamentos em seus ambientes de trabalhos, o que também acontece nas instituições de ensino, pois há resquícios, de forma expressiva, dos papéis de gêneros empregados na sociedade patriarcal (Saffioti, 1987).

Compreendemos que a existência/permanência do machismo estrutural, enraizado na sociedade patriarcal, pode prejudicar e/ou atrapalhar as meninas/mulheres nos diversos setores nas suas vidas, desde atividades comuns no cotidiano até o seguimento no mercado do trabalho. Sabemos que elas precisam enfrentar muitos obstáculos, dentre eles o assédio que sofrem nos espaços públicos e privados.

Para Lerner (2019, p. 267), “quando falamos de melhorias relativas no *status* das mulheres em dada sociedade, isso costuma significar apenas que vemos melhorias no grau em que sua situação lhes confere oportunidade de exercer certa vantagem dentro do sistema do patriarcado”, ou seja, sim, as mudanças ocorreram na vida das mulheres, há aquelas que usufruem das vantagens e benefícios conquistados com muita reivindicação por aquelas que as precederam. Entretanto, os benefícios e as vantagens ocorrem dentro de um sistema que foi feito para oprimi-las, para secundarizá-las, para deixá-las em um plano de inferioridade (Lerner, 2019).

É como se as vantagens e os benefícios, advindos das pressões dos movimentos das mulheres, fossem autorizados pelo patriarcado para serem usufruídos. É como se o sistema que oprime as mulheres concedesse chances e oportunidades a elas, na medida que não atrapalhe o funcionamento da sociedade machista. Tal condição nos leva a compreender que ocupar espaços de poder é fruto da luta feminista, mas que também esses frutos são apropriados pelo sistema capitalista. Visto que a funcionalidade da inferioridade do trabalho feminino é geradora de mais valia, inclusive apropriar-se dos êxitos dos movimentos feministas para distorcer e despolitiza-lo é mantedor de engrenagens de opressão.

O pensamento de subordinação feminina interpela a produção de conhecimento científico e a ocupação de lugares de poder como dito no artigo

da cientista Bolzani (2017, p. 57) “[...] mulheres apresentam menor número de publicações científicas que homens”. Assim, pensarmos **onde estão as mulheres nos espaços de poder das Universidades Federais do Brasil**, é desconstruir a condição da mulher vista pela sociedade capitalista-patriarcal-racista de sujeito social de segunda categoria, colocada abaixo da figura masculina. Ao mesmo tempo que nos leva a refletir quem são essas mulheres, no sentido político que elas representam, por entendermos que a construção ideológica de inferioridade feminina por vezes se reflete também nas próprias mulheres, como causa e produto mesmo da alienação. O que leva mulheres em espaços de poder a defenderem os interesses masculinos ou se submeterem a condições de inferiorização do pensar, afinal a plena condução do patriarcado existe porque há mulheres que cooperam com ele (Lerner, 2019).

Por isso, entendemos que é importante discorrer a respeito das construções sociais e do patriarcado, antes de tratar sobre quais os lugares que as mulheres ocupam nos espaços de poder. É importante ressaltar que somos o resultado de uma construção social e cultural, entendendo o que nos antecede, buscamos respostas para o que sentimos, diante dos modos como vivenciamos a sociedade, dentro e fora do ambiente de trabalho, uma vez que não existe possibilidade de dissociar uma coisa da outra, porque no sistema capitalista, o qual somos inseridos(as), trabalhamos pelo próprio sustento.

No âmbito da academia e da produção de conhecimento científico, a desigualdade de gênero também é uma realidade, os números de mulheres na ciência são menores do que o número de homens, como representação simbólica dessa minoria feminina no eixo científico. Por isso, problematizamos o lugar que ocupam e suas representações políticas em espaços de poder, chefia e decisão, mesmo compreendendo que existe um grande percentual de evasão escolar, as mulheres são mais escolarizadas que os homens, mas pesquisas afirmam que cargos de maiores hierarquias são ocupados por eles (IBGE, 2018)⁴.

⁴ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores sociais das mulheres. 2018. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em 12 dez. de 2022.

Esse artigo surge da inquietação de pesquisadoras dentro da Universidade Federal de Sergipe que intrigadas com a condição de rivalidade e disputas de poder decidiram tratar como objeto de pesquisa o lugar que as mulheres ocupam e seus significados estruturais. A pesquisa iniciou através do EDITAL TEMÁTICO N.º 09/2022 COPES/POSGRAP/UFS Representatividade Feminina no Ambiente Acadêmico, quando encaminhamos o projeto intitulado **Universidade das Garotas: onde elas estão e quais caminhos podem seguir**.

Os resultados desta pesquisa (que aqui também serão apresentados) impulsionou nossos caminhos a analisar a representatividade de mulheres reitoras no Brasil. Através de dados bibliográficos e das Associações Docentes e suas informações publicadas por meios virtuais, principalmente os informativos oficiais. Levantando o seguinte questionamento: A representatividade de mulheres nas reitorias das Universidades Federais do Brasil seriam expressões de avanço feminista ou mais uma apropriação capitalista da luta feminista ao empossar mulheres que não defendem as pautas feminista e classe trabalhadora?

Nesse sentido, o caminho da pesquisa foi pensado a partir da compreensão da Universidade enquanto território, formado por relações de poder. E, dentre as relações de poder constituídas em nossa sociedade o saber/conhecimento também é uma delas. Quijano (2005) vai apresentar numa leitura da colonialidade como essas formas de dominação do saber também estruturam hierarquias de poder.

Portanto, começamos apontando a problemática desse território de saber, proposta através do conceito de *Think tanks* para subsidiar o debate na perspectiva de apropriação capitalista da representatividade de mulheres em cargos de liderança.

Problematizando o lugar das mulheres nos espaços de poder das universidades federais do Brasil

No Brasil, as Universidades Federais são territórios no sentido

geográfico de “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (Souza, 1995, *itálico no original*, p. 78), onde as relações sociais se materializam e, também, permeiam esse espaço construindo o que entendemos como território imaterial, que são reflexos das relações de poder na construção do conhecimento e direcionamento deste.

O território das Universidades apresenta a disputa na produção do conhecimento, a quem é direcionado (a população ou empresas), o acesso e permanência, assim como a produção política desde a instituição, podendo ser entendido os grupos de produção de conhecimento como *think tanks*, que “são pontes entre o conhecimento e o poder nas democracias modernas” (Freitas, 2013, p.6).

As Think tanks não apenas constituem espaços de geração de expertise como também em vetores de ideais que estabelecem linhas de influência perante os diversos atores políticos e à própria sociedade civil. Tanto nos Estados Unidos – “berço” de alguns dos principais “tanques de ideias” da atualidade – como no resto do mundo, as Think tanks têm conseguido lograr um espaço no campo da política contemporânea, tanto no sentido de policy como no sentido de politics, lançando importantes projetos de pesquisa relacionados não somente à política externa norte-americana, mas na direção de outros campos e áreas de conhecimento, como a própria América Latina que desponta nas agendas das think tanks como polo importante para o acúmulo de informações, seja por conta de uma postura de cooperação, seja pela necessidade de uma compreensão estratégica de seu papel no cenário mundial (Freitas, 2013, p.7).

Assim, dentro da mesma Universidade existem vários espaços de geração de *expertise*, que inclusive são divergentes entre si, e, por isso, nas Universidades, há também a disputa política ideológica da produção do conhecimento que chamamos de território imaterial. Esses territórios construídos a partir de diferentes intencionalidades são ferramentas poderosas de impacto em mudanças na dinâmica social, econômica e política.

Em acordo com a autora percebemos que esses *Think tanks* são considerados “*loci* privilegiado de construção de saber” (Freitas, 2013, p.8), como apresenta o organograma da própria autora:

Organograma 1 - *Think tanks* e o processo de formulação e legitimação de



políticas

Fonte: FREITAS, 2013, p.9.

A relação saber-poder presente nas *politcs* alimenta o processo de formulação (pelo Estado) e legitimação (através da sociedade) das políticas públicas. Nesse sentido, “as *Think tanks* impõem uma relação entre Estado e Sociedade, para a concretização de suas acepções ideológicas, culminando em uma determinada política pública” (Freitas, 2013, p.9).

Segundo o geógrafo Ramos Filho (2008), os *Think tanks* constroem territórios imateriais, por meio de uma série de informações que impactam diretamente a realidade na medida em que se materializam espacialmente, pois são “os especialistas que produzem conhecimento fundamentado na validade do fazer científico” (Ramos Filho, 2008, p. 332).

O que precisa evidenciar é que essa produção dos *think tanks* não é homogênea e harmônica, e, portanto, dentro das Universidades Federais há disputas políticas que reverberam na política institucional representada pelo(a) dirigente máximo que é o cargo de reitor(a).

Assim, as Universidade Federais cumprem o papel de territórios do saber, onde serão produzidos conhecimento a serviço de formulação de políticas públicas que estão em acordo com a classe social a qual defende os(as) reitores(as) e seu grupo de pró-reitores que vão fazer a gestão da universidade.

Nesse sentido, defendemos que a ocupação feminina de espaços de poder organizados pelo sistema capitalista é simultaneamente uma expressão de avanços conquistados por movimentos feministas e um reflexo da apropriação capitalista de reivindicações feministas. A contradição presente dentro desse sistema capitalista-patriarcal-racista, expressa em sua simbiose.

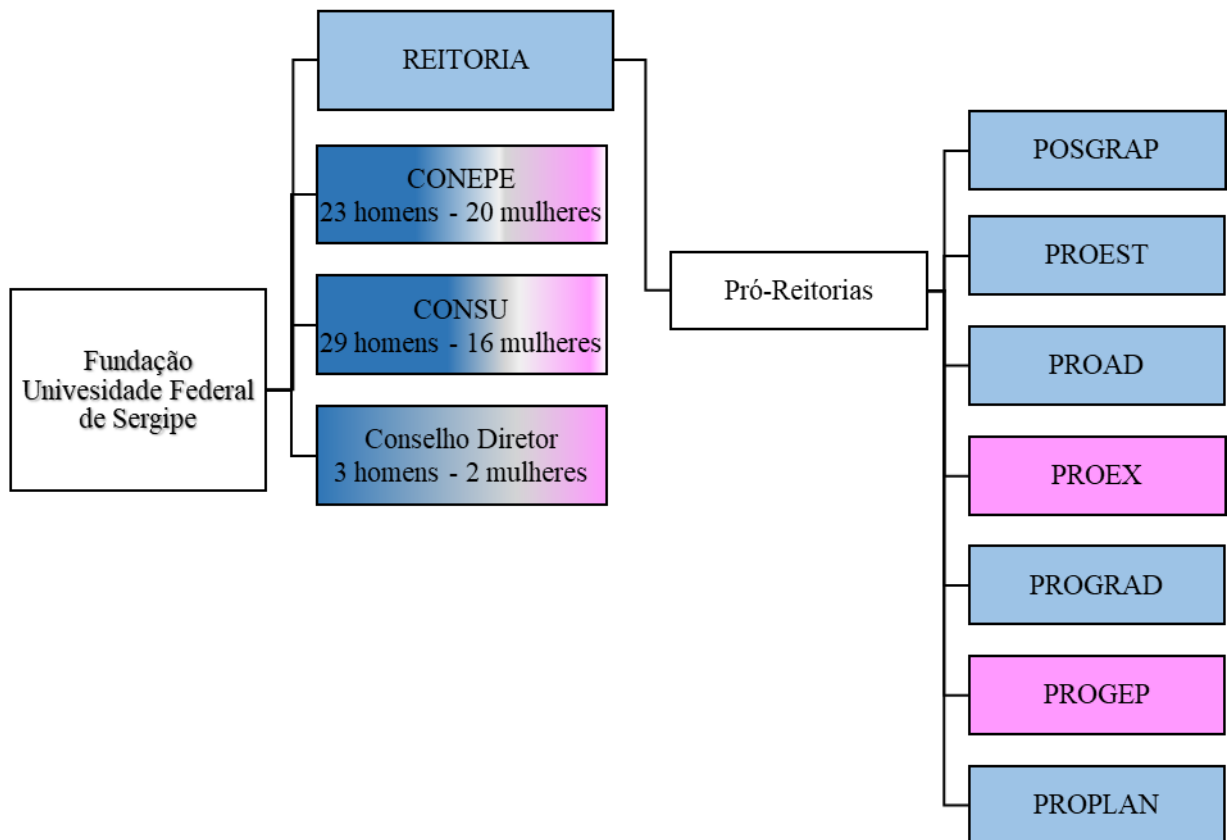
Lembrando que a pesquisa inicial visava pensar **onde estavam as mulheres em cargos de poder** dentro da Universidade Federal de Sergipe, e que depois nossos olhares se interessaram curiosamente para pensar nos cargos de reitoria do Brasil, aqui explanaremos da mesma forma para buscar conduzir a pessoa que lê nos caminhos metodológicos construídos.

O caso da universidade federal de Sergipe

Observar as diferenças quantitativas de gênero na ocupação dos espaços de poder nos levou a analisar a condição de assimetrias de sociabilidade, que condicionam formas diferenciadas “como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e quais oportunidades ou privilégios são oferecidos e negados” (GARCÍA, 2004, p.35). Observar as diferenças, qualitativamente, destaca que não só a condição de acesso aos espaços de poder, mas as representações econômicas, sociais, políticas, culturais constituem os territórios.

Retomando nosso Projeto de Pesquisa **Universidade das Garotas: onde elas estão e quais caminhos podem seguir**, focamos na Universidade Federal de Sergipe para apresentar as assimetrias e hierarquias sociais de ocupação e representação das mulheres desde o território do saber-poder que é a instituição. Através de dados quantitativos dos números de mulheres e homens na instituição, cargos de poder na hierarquia organizacional e quem é representante de cada cargo, além de entrevistas com docentes que ocupam ou não esses cargos de gestão. Nos deparamos com o seguinte organograma de simbologia de ocupação de cargos:

Organograma 1 – Simbologia de ocupação dos cargos na UFS por homens e mulheres



Fonte: Site da Universidade Federal de Sergipe, Sistematização Laiany Santos, 2022.

O organograma evidencia uma geografia de gênero acerca da ocupação das mulheres e homens nos espaços de poder dentro da instituição, confirmando que as mulheres ocupam em números absolutos menos cargos de poder e gestão, apesar de terem expressividade no quantitativo dentro da instituição.

Diante desses dados nossa análise qualitativa se fundamentou também em entrevistas, em que uma participante trouxe a perspectiva de que:

A maioria dos cargos são ocupados por homens, homens que nomeiam outros homens, não existe um processo seletivo pra galgar aquele cargo, é um processo de nomeação, então a gente vê isso, quando você mapeia pra reitorias, a maioria masculino, quando você mapeia os cargos de direção, a maioria é masculino, os conselheiros que estão lá tomando as decisões da Universidade, a maioria composto por homens, então não, não há paridade (Docente, Entrevista realizada em outubro de 2022).

Assim os resultados vistos no organograma expressam como há disparidades de gênero na Universidade, reflexo da sociedade capitalista-patriarcal-racista que tende a prejudicar a vida das mulheres, principalmente por invisibilizar enquanto as explora de múltiplas formas para maior acumulação de mais-valia. Isto ocorre como tentativa de manutenção dos privilégios, como reforça Rosendo (2015, p. 136-137):

O pensamento de valor hierárquico concede mais valor aos “de cima” do que aos “de baixo” e, assim, as mulheres, as crianças, os homens não-dominantes e os animais, por exemplo, que são os “de baixo” em termos de status (público), são mais vitimizados.

Essa manutenção hierárquica é expressa na condição de termos mulheres em menor quantidade nos cargos de poder e decisão. Lembramos, novamente, de Lerner (2019, p. 33) que “[o]s homens aprenderam a instituir dominância e hierarquia sobre outras pessoas praticando antes a dominância sobre as mulheres do próprio grupo”. No âmbito da reitoria da Universidade Federal de Sergipe, cargo de maior expressividade de poder e decisão encontramos, de 1968 a 2022, o total de 12 representantes, dentre esses 11 são homens e apenas 1 mulher.

E embora os homens representantes tenho ocupado entre um e dois mandatos de 4 anos cada, a única reitora, Liliádia da Silva Oliveira Barreto ficou no poder apenas por 1 ano. O site da universidade não disponibiliza quais questões levaram a ruptura do seu mandato em 2021, mas vale ressaltar que foi ano da pandemia devido a Covid-19, causada por um vírus da família do coronavírus, o SARS-CoV-2 e, escândalos envolvendo o Ministério da educação (MEC).

Convenhamos que a Universidade é múltipla e território, como já dialogado, expressão de relações de poder. No entanto, compreendemos que o pensamento defendido pelo reitor ou reitora vai ser direcionado aos demais cargos de poder e delinear a política da Universidade, e essa como *Think Tank* da sociedade para defender ou contestar o modelo de política nacional.

Portanto, ao finalizarmos essa pesquisa a inquietação do porquê só ter uma mulher reitora em nossa instituição e o motivo de ter ficado apenas um

ano nos inquietou a buscar respostas, nos deparando com a situação dela ter assumido como interventora durante o governo Bolsonaro. Assim, voltamos a Lerner quando afirma:

Deve-se notar que, quando falamos de melhorias relativas no status das mulheres em dada sociedade, isso costuma significar apenas que vemos melhorias no grau em que sua situação lhes confere oportunidade de exercer certa vantagem dentro do sistema do patriarcado (2019, p. 267).

Ou seja, nos fez pensar em relação a ocupação do cargo de reitora se apesar de ser uma mulher, será que a política que ela iria delinear em seu mandato seria para manutenção das estruturas de poder da sociedade ou uma postura de contestação?

Uma vez que, em nossa pesquisa visualizamos que a universidade acaba refletindo a desigualdade de gênero existente na sociedade machista, aderindo à concepção de igualdade para todos, sem considerar a desigualdade sociais, culturais, políticas e econômicas do público feminino (CASTAÑEDA, 2006).

Assim, nos debruçamos a pesquisar as ocupações de reitorias das Universidades Federais do Brasil, não só no sentido quantitativo de quantas mulheres ocupam, mas também qualitativo de como chegaram a ocupar. Nesse breve estudo não foi possível debruçar em quais políticas estão defendendo, mas ao debruçarmos nas formas de chegada ao cargo já temos uma semente para ampliar futuramente a pesquisa.

Ocupações de reitorias

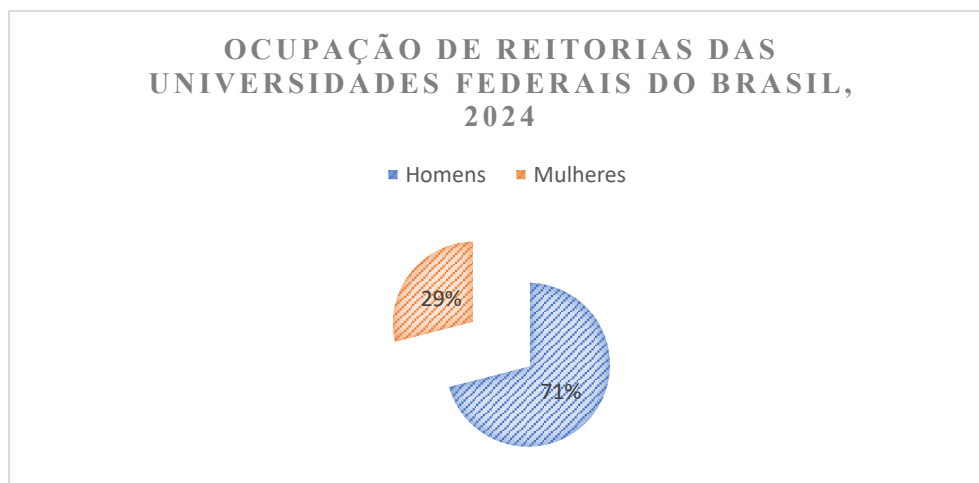
Falar de resultados é falar de perspectivas, compreendendo o papel acadêmico e social que nosso trabalho se propôs a fazer com as leituras de mundo e o impacto que elas podem causar, mesmo sabendo que o assunto não se encerra aqui, a necessidade de discutir a respeito continuará existindo. Contudo, cientes de que somente através da reflexão sobre a temática, é possível fomentar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão que compartilhamos essa pesquisa.

Em 2024 constatamos 69 Universidades Federais no Brasil, essas são territórios de produção de conhecimento e devolutiva social através de suas ações e formulações. Nas Universidades, o cargo de reitor(a) é ocupado pelo(a) dirigente máximo da instituição, e são nomeados pelo Presidente da República após, comumente, processo de eleição democrático dentro das instituições, em que é direcionado ao presidente uma lista tríplice para indicação, segundo a Lei 9.192/1995 e o Decreto 1.916/1996.

A legislação desobriga a escolha do primeiro da lista, ou seja, pode contrariar a vontade da comunidade estabelecida, no entanto a prática de respeito à autonomia universitária se dava em indicar o primeiro(a) da lista. Contudo, tal condição foi manobrada durante o governo Bolsonaro e a crise COVID-19 com indicação de reitores(as) que não estavam em primeiro lugar na lista tríplice, ou mesmo indicando reitores(as) *pro tempore*, em consonância política com o (des)governo.

Na perspectiva de Peterson e Runyan (1999), as diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a posição das mulheres na sociedade, assim como o poder do gênero constrói hierarquias e dicotomias na maneira de pensar e interpretar a realidade. Tais questões são vistas como políticas porque significam a reprodução de relações de poder e, por isso, plantar a semente da dúvida e do questionamento sobre o que está posto e da forma como está também é desvelar que o pessoal também é político, o que torna possível que aja um olhar de reflexão sobre os números relacionados aos espaços de poder e decisão.

Ao analisarmos em números dos 69 cargos de reitor(a), 20 são



ocupados por mulheres e 49 por homens, isso representa que enquanto os homens ocupam 71% as mulheres apenas 29% dos cargos de maior representatividade de poder dentro do território do saber que impacta nas políticas públicas e produção de conhecimento, como apresentado ilustrativamente no gráfico abaixo:

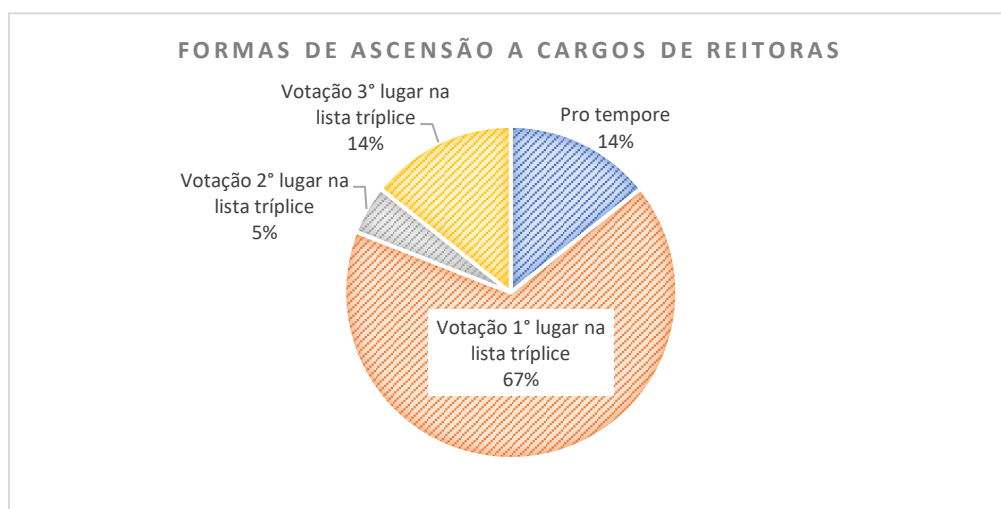
Fonte: Pesquisa e sistematização Laiany Santos, 2024.

Apesar de quantitativamente as mulheres terem maior percentual de entrada nas universidades (Estatísticas de gênero, IBGE, 2024) sua atuação vai afunilando nos espaços de poder a ter essa desproporção apresentada no gráfico quando se trata da ocupação do cargo de maior poder que é a reitoria.

E, inclusive entre essas nem todas representam um projeto de poder que emancipe as mulheres, isso porque o sistema capitalista coopta as mulheres ao passo que durante todo seu percurso de formação social (que vai além do espaço acadêmico), aprende as normas de conduta de uma sociedade capitalista-patriarcal-racista que as oprime, inferiorizam e normalizam o discurso da competitividade entre as mulheres para afirmar uma máxima de que “bom mesmo é ter amigos homens”, o que implica em estabelecer para os homens além deles mesmos também mulheres como aliadas.

Na perspectiva de Lerner (2019), existem recompensas às mulheres que se conformam com a sociedade patriarcal, uma vez que o questionamento, o posicionamento político crítico pró-mulheres, são vistos como atos de rebeldia, que significam um comportamento indesejado pelo sistema.

Dessas 20 mulheres notamos que elas assumiram o cargo de diferentes formas, a partir da indicação do governo Bolsonaro como reitoras *pro tempore*, ou compuseram parte da lista tríplice. Consideramos que tanto a forma de entrada sendo *pro tempore* ou na lista tríplice em 2º e 3º lugar fere a autonomia da comunidade acadêmica, e, portanto, 33% da ocupação de cargos de reitoria por mulheres foram dessa forma, como mostra o gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa e sistematização Laiany Santos, 2024.

Das reitoras *pro tempore* chama a nossa atenção cinco portarias consecutivas, que nomeiam duas reitoras e três reitores *pro tempore* indicados pelo governo Bolsonaro a partir do seu ministro da educação Abraham Weintraub no dia 10 de dezembro de 2019.

Em relação à lista tríplice, o comum é ser nomeada a pessoa que estivesse em primeiro lugar, indicada por toda comunidade acadêmica, a implicação de nomear alguém não referendado pela comunidade acadêmica, para além de desconstruir o processo democrático de autonomia da comunidade universitária, é impor um projeto político de governo a ser referendado pelo instrumento de poder (*Think tanks*).

Prova disso se dá no contexto pós pandemia em que das

22 entre as 69 universidades federais no país são hoje administradas por reitores nomeados por Jair Bolsonaro, que desconsiderou os candidatos mais votados pela comunidade acadêmica. Boa parte das universidades federais seguiu a orientação do Ministério da Educação (MEC) e resolveu

retomar as atividades presenciais em 2022. O problema é que as gestões não tem tomado a iniciativa de propor medidas de prevenção à covid-19 nas universidades (Bezerra, 2022).

Outra implicação que vem desse processo de nomeação sem respeito à autonomia das instituições reverbera-se na institucionalização de entidades anti-luta de classe. Isso porque, a entidade que representa a luta docente é a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), e os(as) reitores(as) bolsonaristas “por não ter encontrado espaço para discutir temas que consideram de interesse para o ensino superior” fundaram uma nova associação, a Associação dos Reitores das Universidade Federais do Brasil (AFEBRAS).

Criada em 1989, a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) até então sempre reuniu todos os reitores das universidades do país e era a representante oficial na interlocução com o governo federal e sindicatos de professores, servidores e entidades estudantis.

Agora, passará a dividir espaço com a Afebras (Associação dos Reitores das Universidades Federais do Brasil).

A nova associação reúne apenas seis reitores, enquanto a Andifes conta com 63 associados (FOLHA DE S. PAULO, 14 de fevereiro de 2022).

Essa disputa política das relações de poder que constroem o território nas Universidades Federais do Brasil implementam e direcionam os rumos das políticas públicas, enquanto a ANDIFES defende a autonomia das Universidades e ensino público, gratuito e de qualidade, o direcionamento da AFEBRAS de conciliação com o governo e mercantilização da educação.

Entendemos que o governo colocou representantes mulheres justificando (com base patriarcal) na capacidade das mulheres de gestar e também usando o discurso do empoderamento. Por isso, entendemos como apropriação da luta das mulheres ocupar esses cargos e não defender o feminismo, a condição de classe e raça, é negação histórica da condição das mulheres na sociedade, e ainda serve como pilar de apoio a opressão/dominação sob o conjunto das mulheres.

Por outro lado, também percebemos que a maioria das mulheres que ocupam esse cargo de reitora entraram por votação da comunidade acadêmica

em 1º lugar na lista tríplice, o que significa também que, apesar das desigualdades para acessar esses espaços, as mulheres estão também ocupando e lutando por eles. E que é a luta feminista que nos dá a possibilidade de acessar esses espaços, portanto, ser feminista é a condição de existir dentro da sociedade capitalista-patriarcal-racista, se apresentando enquanto ser pensante protagonista de história.

Nessa análise, destacamos a relevância do gênero para leitura das relações de poder, o que permite compreender a realidade da condição das mulheres e da posição que ocupam, pois mesmo quando estão ocupando cargos de poder são postas todo tempo a prova da sua capacidade diante de uma visão patriarcal já estabelecida socialmente que naturaliza o trabalho da mulher como “ajuda”, até mesmo a outros homens que estão ocupando os cargos inferiores ao dela, ou mesmo desmerecendo sua caminhada profissional.

Conclusão

Diante do exposto, entendemos que há uma simbiose na tríade patriarcado-racismo-capitalismo (Saffioti, 1987), que não pode ser compreendida separadamente nem como adjetivação ou tipificação do capitalismo por meio de qualificações, a fim de não secundarizar elementos que são essenciais na explicação das formas de exploração-subjugação da mulher.

Quando se usa um destes sistemas de dominação-exploração na forma substantiva e outro na forma adjetiva, como, por exemplo, na expressão capitalista patriarcal, está-se atribuindo maior importância ao capitalismo, deixando em plano secundário o patriarcado. O mesmo se passa com a expressão capitalismo racista. No primeiro caso, o patriarcado apenas qualifica o capitalismo, assim como no segundo o racismo exerce esta função de qualificação (Saffioti, 1987, p.60).

Por isso, concordamos com a perspectiva da autora que “convém notar que a referida simbiose não é harmônica, nem é pacífica. Ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória” (Ibid, p.62). Todo esse fenômeno de repressão feminina está inserido propositalmente no modo de produção capitalista, em que o gênero e a raça tem papel fundamental no processo de

acumulação do capital.

No âmbito da academia e da produção de conhecimento científico, a desigualdade de gênero também é uma realidade, como tratado nesse estudo o território do saber é instrumento na hierarquia da sociedade fragmentada em quem pensa e quem executa. E defendida pelos homens como sendo eles os seres pensantes, as mulheres e pessoas negras foram constituídas em nosso território de formas subjetivas como seres não pensantes, que precisam provar todo tempo sua capacidade quando ocupam espaços de poder e decisão ou mesmo a se submeterem a prática do pensamento dominante capitalista-patriarcal-racista.

Em outra oportunidade, objetivamos realizar a pesquisa de dados em relação a raça para aprofundar o debate de forma sustentada nos dados de onde estão as mulheres negras nas Universidades Federais do Brasil, ainda assim podemos tratar tal questão por entender que a não informação também é uma informação, e não podemos negar que tais hierarquias condicionam e criam múltiplas esferas de opressão/dominação.

E, apesar de serem expressivos o quantitativo de mulheres que ingressam nas Universidades, muitas questões relacionadas a sua própria condição fisiológica e de papéis sociais a impedem de dar continuidade a carreira. Como os casos de gestação, maternidade, cuidado familiar, reclusão diante de violência contra mulher, inclusive institucional. Ainda assim, o IBGE através do Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2024) mostra que são elas que mais concluem o ensino superior.

Assim, “educadas desde pequenas a ocupar o espaço menor e a se mover o mínimo possível, as mulheres tentam não incomodar: cedem o lugar a outras pessoas, pedem licença, preocupam-se com a comodidade dos outros” (Castañeda, 2006, p. 240). Nosso trabalho vem na contramão dessa crítica da autora, porque precisamos desacomodar para pensar em outros mundos possíveis, inclusive, para nós mulheres. Não há mais como ceder, pedir licença, se conformar se ainda há invisibilidade de gênero, afinal a universidade não pode corroborar com o sistema patriarcal, ela precisa ser um espaço de contestação de máximas opressoras.

Referências

BOLZANI, Vanderlan da Silva. Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas? **Cienc. Cult.** vol.69 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2017.

BEZERRA, Lucila. **BRASIL DE FATO**. Reitores nomeados por Bolsonaro pressionam por volta às aulas sem ações de controle da covid-19. 28 de fev. de 2022. Disponível em: <
<https://www.brasildefatope.com.br/2022/02/28/reitores-nomeados-por-bolsonaro-pressionam-por-volta-as-aulas-sem-acoes-de-controle-da-covid-19>>. Acesso em: 19 de dez. de 2024.

CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Mulher e Pedagogia: um vínculo re-significado**. – Salvador : Helvécia, 2005.

FOLHA DE S. PAULO. Nova entidade reúne reitores nomeados por Bolsonaro sem liderar lista tríplice. 14 de fevereiro de 2022. Disponível em:<
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/02/nova-entidade-reune-reitores-nomeados-por-bolsonaro-sem-vencerem-eleicao.shtml>>, acessado em 10 de março de 2024.

FREITAS, Cristina A. **Conhecimento e poder: *think tanks* e sua influência na política externa Norte-Americana para a América Latina**. 2013. Disponível em: <
https://maestrando.files.wordpress.com/2013/05/freitas-cristina_conhecimento-e-poder-think-tanks-e-sua-influencia-na-politica-externa-dos-us.pdf>, acessado em 15 de julho de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais das mulheres**. 2018. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em 12 dez. de 2022.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066>>. Acesso em 19 de agosto de 2025.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

PETERSON; v. Spike; RUNYAN, A. S. **Global Gender Issues: Dilemmas in World Politics**. Colorado, Westview Press, 1999.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e Reforma agrária de mercado (2003 – 2006)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

ROSENDO, Daniela. **Sensível ao cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. – São Paulo. Moderna, 1987. (coleção polêmica)

SANTOS, Laiany R S. **Feminismo e resistência: a espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe**. Ed. Dialética, São Paulo, 2022.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

Recebido em março de 2025.
Aprovado em agosto de 2025.